

Só assim será possível viabilizar o que definimos como refundação do Estado. Iniciando um amplo processo de participação democrática como forma de modernização do fazer político e construir uma relação institucional focada no interesse coletivo. Reafirmar o compromisso de combater os males que perpetuam o atraso, a pobreza e o fisiologismo, e desagua na corrupção que anula todo e qualquer esforço pela superação do que nos coloca pra trás nos campos social, cultural e econômico.

É a superação dessas páginas que vai permitir um Tocantins livre. Livre de amarras, da corrupção, de atrasos, de obstáculos para o seu desenvolvimento. Livre para escrever uma nova história, para mudar, para sonhar. Livre, enfim, para ser feliz.



GOVERNADOR
PAULO
MOURÃO 13



CONVENÇÃO



Tocantins livre para mudar

A REFUNDAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

Paulo Mourão, Amilton Pereira, Jales Marinho

Diante dos imensos problemas sociais e econômicos que angustiam o povo do Tocantins, agravados pela pandemia e pelo desgoverno de Jair Bolsonaro, maiores serão os desafios e as responsabilidades que estão por vir. Responsabilidades essas que recaem sobre agentes públicos, a imprensa e a própria sociedade, de quem se espera uma participação cidadã e efetiva nas decisões sobre o futuro que vão ocorrer em 2022.

O agravamento dos problemas econômicos reflete – e explica – o crescimento das desigualdades sociais e regionais, com o avanço do desemprego e a volta da fome no Estado e no país. Só os indiferentes a esses dramas não percebem a angústia e a falta de esperança dos que vivem em situação de exclusão social. Quem ainda guarda alguma sensibilidade humana sabe o quanto são urgentes e necessários o enfrentamento e a superação dessas mazelas sociais e econômicas.

Os desafios acumulados nos últimos anos são tamanhos que não é exagero se falar numa refundação do Estado. É fundamental democratizar as práticas políticas e abolir definitivamente o pensamento atrasado de gestão do patrimônio público no Estado, marcado pelo “toma lá dá cá”, pelo fisiologismo e pelo imediatismo político.

Ao longo de décadas se vê no Tocantins apenas projetos pessoais e o individualismo rasteiro, despidos da compreensão de que os agentes públicos devem ser, antes de tudo, representantes da vontade popular a serviço do bem comum, expresso pelos interesses coletivos da maioria.

Quando os debates, na verdade, deveriam ser voltados para projetos e propostas de estímulo às atividades produtivas, a retomada da economia e o fortalecimento do municipalismo, sem o populismo e a ausência de planejamento público que emperram todo e qualquer esforço de modernização do Estado.

Nas agendas do Executivo e Legislativo, não há espaço para o debate de ideias. Nem tampouco a conversão de iniciativas em propostas concretas e programas em benefício dos segmentos mais pobres da população. Também não se vê a participação das universidades na discussão e formulação de projetos de desenvolvimento sustentável, aproximando-as e comprometendo-as enquanto espaços de saber e de ciência, com a busca de soluções para os desafios concretos da população.

Uma cultura oligárquica, autoritária herdada do coronelismo não permite que o Executivo e o Legislativo abram espaços para ouvir os representantes da sociedade, por meio das entidades legítimas dos trabalhadores, do agronegócio e dos empresários de outros ramos da economia, dos servidores públicos e dos profissionais liberais.

Não se percebe uma preocupação com a elaboração de projetos alternativos de desenvolvimento sustentável, de melhoria na infraestrutura e de promoção de políticas sociais de educação, saúde, transporte, segurança e cultura.

Alguns julgam dispensável a elaboração de planos de governo com a participação dos representantes dos diversos segmentos da sociedade. Preferem apenas a articulação política com dirigentes partidários, além de prefeitos, para a formalização de alianças, sem qualquer foco no interesse comum.

Onde estão as políticas públicas de estímulo à geração de ocupação, emprego e renda para a ampliação das oportunidades para os jovens? Como temos enfrentado o déficit habitacional ou fortalecido a agricultura familiar? Como temos tratado os pequenos produtores rurais? Perguntas que são seguidas por um silêncio perturbador.

Num Estado com significativa presença de populações originárias: Apinajé, Krahô, Xerente, Karajá, Javaé, o poder público não pode se omitir de suas responsabilidades na elaboração e execução de políticas de proteção e apoio voltados

para elas. O mesmo vale para as comunidades quilombolas e outras das minorias, que nunca fazem parte da agenda política dos governos.

Os candidatos a governador do campo conservador não se sentem obrigados a conhecer até mesmo os valores do PIB do Estado, os indicadores econômicos e sociais, os níveis de desemprego, da extrema pobreza e das precárias condições da saúde e da educação públicas. Não estudam as causas que impedem uma perspectiva de desenvolvimento econômico e ambientalmente sustentável no Tocantins.

Um Estado que tem seu território definido pelos vales de dois dos maiores cursos d'água do país – o Tocantins e o Araguaia – que abriga a área da Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, não pode deixar de vincular seu projeto de desenvolvimento sustentável ao aproveitamento desses recursos hídricos em todas as dimensões. Geração de energia limpa e renovável, transporte intermodal hídrico-ferroviário, para escoamento da produção e prover infraestrutura adequada para o estímulo à atividade turística. Além de formular uma política de longo prazo voltada para a sustentabilidade e para a preservação de nascentes e a adequada proteção das matas ciliares ao longo do seu percurso.

É reconhecido por todos que o Jalapão atrai turistas do Brasil e do mundo. Não se tem notícia, porém, de uma iniciativa para dotar essa imensa região das condições necessárias para converter seu potencial turístico em realidade econômica que de fato desenvolva a região em benefício dos seus habitantes e da economia do Estado. A prioridade do atual Executivo se resumiu em privatizar a exploração do Parque do Jalapão, num projeto aprovado a toque de caixa pela Assembleia Legislativa, sem qualquer debate, para atender a interesses inconfessáveis.

É preciso mobilizar a consciência cidadã e cobrar um maior envolvimento dos tocaninenses nas discussões sobre o que querem para o futuro do Estado. Se há má vontade ou indiferença das lideranças políticas, é importante que a população assuma o protagonismo nesses debates na defesa de saídas concretas para a superação do atraso do Tocantins.